



AS NOÇÕES KANTIANAS DE LIBERDADE E DEVER

Gabriel Martins Ferreira

Graduado em Filosofia
Universidade de Brasília

RESUMO

Este trabalho visa a um estudo da filosofia moral de Immanuel Kant. De modo mais preciso, o objetivo desta pesquisa é entender a ideia de autodeterminação da vontade, tal como Kant a concebe. Para cumprir tal desiderato, recorrer-se-á a uma das obras fundamentais da história da filosofia moral, a saber, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* com vistas a estabelecer o modo como Kant articula e justifica a ligação entre autonomia e liberdade da vontade. Sob tal aspecto, nossa pesquisa se concentrará em um estudo de noções seminais da doutrina ética kantiana, tais como boa vontade, dever e imperativo.

Palavras-chave: Kant; Liberdade; Imperativo; Vontade; Dever;

ABSTRACT

This work aims to study the Kant's ethical thought. More precisely, the goal of this article is to understand the idea of self-determination of the will in Kant's view. To accomplish it, we will analyze one of the most important works, namely, *Groundwork of the Metaphysics of Morals* to establish the way through which Kant justify the relationship between the idea of autonomy and free will. Concerning this aspect, it will be necessary the research some central notions of Kant's ethic, such a good will, duty and imperative.

Key-words: Kant; Freedom; Imperative; Will; Duty;

A Terceira Antinomia e o Problema da Liberdade

A Terceira Antinomia é o tópico da *Dialética Transcendental*, parte fundamental da *Crítica da Razão Pura* (doravante KrV)¹, no qual há ampla discussão acerca do problema da liberdade. A liberdade, segundo argumenta Kant, é a “pedra fundamental da moral”², e se não há liberdade da vontade, “as ideias e princípios morais perdem toda validade”³. Nela também se encontram as bases sobre as quais se assentam todas as considerações posteriores de Kant acerca do tema da liberdade em seus escritos de filosofia moral. Daí que para os interesses desta pesquisa não poderíamos nos furtar a algumas considerações gerais acerca do estatuto desta ideia no interior da filosofia crítica.

Podemos sucintamente descrever a tese central que subjaz ao argumento da terceira antinomia como sendo a abertura de “um espaço conceitual que dá ouvidos às reivindicações da razão prática”⁴. Ambas as partes da Terceira Antinomia assumem

¹ Todas as referências das obras de Kant serão feitas conforme a edição da Preussische Akademie der Wissenschaften (Ak), apenas a *Crítica da razão pura* é citada conforme a segunda e a primeira edição. A lista das abreviações utilizadas no presente artigo segue aquela estipulada pela academia e se encontra indicada no corpo do texto.

² KrV B494

³ KrV B496

⁴ ALLISON, 1990, p.1

como válido aquilo que foi estabelecido na *Segunda Analogia da Experiência*, ou seja, “todas as modificações acontecem segundo a lei da conexão de causa e efeito” (KrV B232). A fonte do conflito que gera a antinomia é a pergunta pela possibilidade de uma outra concepção de causalidade – nomeadamente, a liberdade transcendental –, cuja definição dada por Kant é a de uma “espontaneidade que pode começar a agir por si mesma” (B561). Neste cenário, a tese, por seu turno, apela a tal definição de causalidade com vistas a preservar a ideia de incondicionado.⁵ Num segundo momento, apelando para uma distinção entre “começo no tempo” e “começo na causalidade”⁶ a tese busca assegurar a possibilidade lógica de ocorrências no tempo, como as ações humanas por exemplo.⁷ Já a *antítese*, por sua vez, nega ambas posições da tese; em outras palavras, todo tipo de causalidade deve

⁵ De acordo com o texto da KrV “Suponha-se que não há nenhuma outra causalidade a não ser segundo leis da natureza; tudo *o que acontece*, portanto, pressupõe um estado anterior ao qual ele se segue inexoravelmente segundo uma regra. Agora, o estado anterior também tem de ser ele próprio algo *que aconteceu*, pois, se houvesse existindo desde sempre, sua consequência também não poderia ter surgido uma primeira vez, mas teria existido desde sempre. A causalidade das causas, portanto, pelas quais acontece algo, é ela própria algo acontecido que, por seu turno, pressupõe segundo leis da natureza um estado anterior, e assim por diante. Se tudo, pois, acontecesse segundo meras leis da natureza, haveria apenas um começo subalterno, e jamais uma completude da série pelo lado das causas oriundas umas outras” (B473-74).

⁶ KrV B47

⁷ Ver ALLISON, 1990, p.14.

levar em conta aquilo que foi prescrito pela Segunda Analogia.⁸

Kant sustenta que o idealismo transcendental⁹ é a chave para a solução do conflito gerado pelas antinomias. As antinomias são fruto de um uso indevido das categorias, e sob este aspecto devemos ter em mente os quatro grupos cardinais das categorias, a saber, quantidade, qualidade, relação e modalidade. Na *Analítica Transcendental* após estabelecer sua tábua de categorias Kant afirma:

Esta tábua, que contém quatro classes de conceitos do entendimento, pode ser inicialmente decomposta em duas divisões, a primeira dirigida a objetos da intuição (tanto pura como empírica), a segunda à existência desses objetos (seja na relação de uns com os outros, seja na relação com o entendimento). A primeira classe eu denominaria categorias *matemáticas*, à segunda categorias *dinâmicas*. (KrV B110)

Deste modo, a mesma terminologia pode ser trasposta para o tratamento das antinomias. As duas primeiras são antinomias matemáticas, e as duas últimas são antinomias dinâmicas. O modo de

⁸ Para uma maior discussão acerca dos argumentos tanto da tese quanto da antítese ver ALLISON, 1990, pp.14-22.

⁹ Kant define idealismo transcendental na KrV A369 do seguinte modo: “Por idealismo transcendental de todos os fenômenos, contudo, entendo a doutrina segundo a qual nós os consideramos, em seu conjunto, como meras representações, não como coisas em si mesmas, e o tempo e o espaço, de acordo com isso, são apenas formas sensíveis de nossa intuição, e não determinações ou condições, dadas por si mesmas, dos objetos como coisas em si mesmas”.

solução dado por Kant a estes dois grupos de antinomias é deveras distinto, uma vez que para as antinomias matemáticas a solução oferecida por Kant é a de que nem tese nem antítese são verdadeiras; já a resolução das duas últimas, ou seja, as dinâmicas, Kant reivindica que tese e antítese podem ser compatibilizadas.¹⁰

O caso da Terceira Antinomia é paradigmático, pois ela deixa em aberto a questão da existência de um fundamento, ou uma causa (*Grund*), que não seja parte da série dos fenômenos, ou dito de outra maneira, uma causa que não seja ela própria sensível. Sob este aspecto, o conflito entre a causalidade da lei natural e a liberdade transcendental é solvido por Kant ao apelar para a necessidade de se considerar o objeto sob *um duplo aspecto*, ou seja, como *sensível* e *inteligível*.¹¹ No interior do texto da KrV, tal distinção aparece na diferenciação kantiana de caráter inteligível e caráter empírico, ou sensível. Assim diz Kant:

Toda causa eficiente, contudo, tem de possuir um *caráter*, i. e., uma lei de sua causalidade sem a qual ela não seria causa alguma. E assim nós teríamos, em um sujeito do mundo sensível, primeiramente um *caráter empírico*, pelo qual suas ações, como fenômenos

estariam em contínua concatenação com outros fenômenos segundo leis constantes da natureza, e poderiam ser deduzidas destes, enquanto condições delas, e assim constituir, em ligação com eles, membros de uma única série da ordem da natureza. Em segundo lugar, também, teria de ser concedido a ele um *caráter inteligível*, que lhe permitiria ser causa daquelas ações como fenômenos, mas que não seria ele próprio um fenômeno (KrV B567).

Este caráter que é aqui afirmado parece-nos representar, antes de tudo, uma descrição acerca de um determinado agente, ou um determinado tipo de causa, e a referência aos efeitos, por ele produzido. Em outras palavras, o caráter (tomado no contexto da Terceira Antinomia) é a atribuição de um fundamento que torne possível a relação entre causa e efeito. No caso do caráter empírico, esta relação é aquela prescrita pela Segunda Analogia, e, portanto, descritível em termos empíricos (determinista). Por outro lado, com respeito ao caráter inteligível, o *modus operandi* é deveras distinto, uma vez que por *inteligível* Kant quer significar diretamente aquilo que é não-empírico, não-sensível, daí segue-se então que o caráter inteligível não pode ser descrito pela relação prescrita pela Segunda

¹⁰ Cf. ALLISON, 1990, p.22.

¹¹ Acerca deste tema é importante ter em mente o Prefácio à segunda edição da primeira *Crítica* onde Kant utiliza como exemplo exatamente a ideia de liberdade. Cf. KrV B XXVII-XXVIII

Analogia, portanto, não é descritível nos termos da determinação natural.¹²

No que concerne, portanto, ao caráter empírico, Kant é um defensor não somente de um determinismo empírico ferrenho, outrossim de um determinismo psicológico. Ele sustenta:

Como esse caráter empírico tem de ser ele mesmo, com efeito, derivado dos fenômenos a partir da regra dos mesmos, que é fornecida pela experiência, então todas as ações humanas no fenômeno são determinadas segundo a ordem da natureza (KrV B577).

Já o caráter inteligível possui um estatuto bem distinto, tal como Kant sustenta:

Com relação ao caráter inteligível, não vale qualquer antes ou depois; toda ação, independentemente da relação temporal que ela mantém com outros fenômenos, é o efeito imediato do caráter inteligível da razão pura, que age livremente, portanto, sem ser dinamicamente determinado, seja por fundamentos externos ou internos na cadeia das causas naturais... (KrV B581).

Aqui então residiria à compatibilidade entre os modos de determinação, quais sejam, sensível e inteligível. Podemos concluir que, no que diz respeito ao caráter inteligível, a forma da sua causalidade, ou sua espontaneidade, é fruto de sua própria atividade, em outras palavras, a razão manifesta sua causalidade

no caráter inteligível ao iniciar uma *série* causal. Tal causalidade se traduz, por assim dizer, na forma de *imperativos*, ou seja, regras que prescrevem não *o que é*, mas o que *deve ser*.¹³

Diante desta caracterização geral do argumento presente na Terceira Antinomia, convém ressaltar que a intenção de Kant aqui não é a de comprovar a realidade da ideia de liberdade, mas sim a de mostrar que ela não seria um conceito autocontraditório, ou seja, que embora não seja possível à razão especulativa demonstrar a validade objetiva desta ideia, é pelo menos possível conceber a possibilidade de *pensar* a ideia de liberdade transcendental.¹⁴ Apresentar a realidade da ideia de liberdade, bem como a de leis práticas é a tarefa à qual Kant dedicará sua filosofia moral.

O Conceito de Boa Vontade

A Fundamentação da Metafísica dos Costumes (doravante, GMS) publicada

¹³ Diz Kant: “O *dever* exprime um tipo de necessidade e conexão com fundamentos que não aparece de outro modo em toda a natureza. É impossível que algo deva ser aí de outro modo, a não ser como de fato já o é, em todas essas relações temporais; o *dever*, no entanto, caso só tenha em vista o curso da natureza, não tem nenhum significado” (KrV B575). O mesmo também se encontra na GMS Ak 426-27.

¹⁴ Acerca da distinção entre pensar e conhecer ver KrV B XXVI

¹² ALLISON, 1990, p.30

em 1785 é um dos textos mais famosos da história da filosofia. Ao lado da *Crítica da Razão Prática* (1788) e da *Metafísica dos Costumes* (1797) integra o grupo de obras de Kant dedicadas à filosofia moral propriamente dita. O próprio autor, no prefácio à mencionada obra, já nos informa que seu intuito é o de “busca e estabelecimento do princípio supremo da moralidade”¹⁵. A GMS está dividida em três seções, quais sejam, (I) “Transição do conhecimento racional moral comum para o conhecimento filosófico”; (II) Transição da Filosofia moral popular para a *Metafísica dos Costumes*” e (III) Transição da *Metafísica dos Costumes* à *Crítica da Razão Prática*. No cenário acima descrito, Kant sustenta que a “metafísica dos costumes deve investigar a ideia e os princípios de uma vontade pura”.¹⁶ A partir de agora, nossa tarefa é então a de entender o que significa estes princípios e esta vontade pura.

A seção que abre a GMS é intitulada “Transição do conhecimento racional moral comum para o conhecimento filosófico”. Isso significa que o procedimento adotado por Kant nesta primeira seção é o de “apoiar-se em algo que já se tem por confiável, a partir de que se possa avançar com confiança e

ascender a fontes ainda desconhecidas”.¹⁷ Portanto, a “transição” à qual alude o título da seção indica que Kant inicia sua tarefa de “estabelecer o princípio supremo da moralidade” a partir do “uso comum da razão prática” – é este uso comum que Kant chama de “conhecimento racional comum”. A este conhecimento racional comum Kant parece em certa medida identificar uma espécie de “insight” ou intuição¹⁸, isto quer dizer lá que para Kant todos possuem uma espécie de disposição natural para identificar o valor moral de uma determinada conduta ou ação.¹⁹ Na seção I, este “conhecimento racional moral comum” é identificado com o famoso conceito de boa vontade. Devido à sua posição decisiva no argumento kantiano, torna-se mister um estudo mais detido desse conceito seminal.

No parágrafo de abertura da primeira seção da GMS consta uma das mais famosas passagens do *corpus* kantiano, qual seja:

Não há nada em lugar algum, no mundo e até mesmo fora dele, que se possa pensar como sendo irrestritamente bom, a não ser tão-somente uma *boa vontade*.

¹⁵ GMS Ak XV

¹⁶ GMS Ak 390. Grifos meu.

¹⁷ Proleg. IV:275.

¹⁸ SEDGWICK, 2008, p.47

¹⁹ É sob este aspecto que declara Kant “Para saber o que tenho de fazer a fim de que o meu querer seja moralmente bom, não preciso, pois, de nenhuma perspicácia muito rebuscada” (GMS Ak 403)

Porém, apesar de famosa, a passagem acima é polissêmica, uma vez que esta sentença não indica *precisamente* o sentido no qual poderíamos compreender o porquê de a boa vontade ser a única coisa irrestritamente boa. Com vistas a esclarecer este atributo, Kant introduz alguns, algumas “características” ou bens que não são irrestritamente bons. Ele aponta:

Entendimento, engenho, poder de julgar, os talentos da mente são sem dúvida coisas boas, mas podem também tornar-se extremamente más e nocivas, se não é boa a vontade que deve fazer uso desses dons da natureza... Com os dons da fortuna dá-se o mesmo. (GMS Ak 393)

Os acima descritos bens são apenas condicionalmente bons, uma vez que sua bondade se deve ao fato de eles serem acompanhados por um bom caráter, porém, isto pode não ser o caso (contingência), pois, por exemplo, é possível que um malfeitor seja extremamente engenhoso. Não se deve, entretanto, inferir aqui que Kant sustente que coisas como engenho, autocontrole, coragem não sejam atributos bons ou desejáveis. Kant está simplesmente argumentando que eles não possuem um valor moral intrínseco. Assim, pode-se dizer que a relação entre os talentos da mente e os dons da fortuna é uma relação entre o incondicionalmente

bom (a boa vontade) como condição e o condicionalmente bom (os talentos da mente e os dons da fortuna) como condicionado.

O segundo argumento kantiano acerca da boa vontade é que seu valor não se deve às consequências de uma ação ou conduta, tampouco por aquilo que ela [a boa vontade] obtêm. Sob tal aspecto, rompe com qualquer forma de utilitarismo, uma vez que para Kant o valor da ação não está nas consequências produzidas pelo agente.²⁰ Já um terceiro ponto do argumento kantiano é que nem mesmo a felicidade pode ser considerada como incondicionalmente boa. Isso marca uma enorme ruptura de Kant em relação à ética antiga – em especial com a ética de Aristóteles²¹ –, que colocava a felicidade como o bem supremo. Para rejeitar a

²⁰ GMS Ak 394: “Mesmo que a essa vontade, devido a um singular desfavor do destino ou à parca dotação de uma natureza madrastra, faltassem inteiramente recursos para impor sua intenção; mesmo que, por mais que se esforçasse, ainda assim nada conseguisse e restasse apenas a boa vontade; ainda assim ela brilharia por si mesma como algo que tem seu pelo valor em si mesmo. A utilidade ou a fatalidade de frutos nada podem adicionar ou subtrair a esse valor”.

²¹ Segundo Aristóteles “Ora a felicidade, acima de tudo o mais, nos ocorre como tal, uma vez que sempre a escolhemos por ela mesma e jamais como um meio para algo mais, enquanto todas as virtudes, embora as escolhamos por elas mesmas, também as escolhamos em vista da felicidade na crença de que contribuirão para sermos felizes. Mas ninguém opta pela felicidade em função daquelas coisas [a honra, o prazer, a inteligência, etc.], nem tampouco como algo que contribua para aquisição de qualquer outra coisa que seja salvo ela mesma” (*Ética a Nicômaco* I, 7 1097b 1-9).

felicidade como o bem supremo, Kant lança mão, por assim dizer, de um argumento teleológico para pôr à prova a tese de que a felicidade é o bem incondicionado²². Podemos esquematizar o argumento da seguinte maneira (I) seres vivos organizados possuem ferramentas específicas que desempenham funções específicas; (II) há uma finalidade integral na existência de seres vivos organizados²³; (III) há seres vivos que possuem razão e (IV) gerar felicidade não é uma função da razão e sim do instinto; (V) logo, a felicidade não pode ser a finalidade

²² De acordo com GMS Ak 395: “Nas disposições naturais de um ser organizado, isto é, constituído em conformidade com o fim que é a vida, supomos como princípio que nele não se encontre instrumento algum para qualquer fim senão aquele que também é o mais conveniente e o mais adequado a ele. Ora, se o verdadeiro fim da natureza num ser dotado de razão e de uma vontade fosse a sua *conservação*, a sua *prosperidade*, numa palavra, a sua *felicidade*, então ela teria tomado muito mal suas providências para isso ao escolher a razão da criatura como executora dessa sua intenção. Pois todas as ações que ela [a criatura] tem de realizar nessa intenção e toda a regra do seu comportamento lhe teria sido indicadas com muito maior exatidão pelo instinto, e aquele fim poderia ter sido obtido por ela com muito maior segurança do que jamais pode acontecer pela razão; e, se, esta tivesse sido outorgada por acréscimo à criatura favorecida, ela só poderia ter servido para que esta criatura se entregasse a reflexões sobre a índole feliz de sua natureza, para admirá-la, alegrar-se com ela e por ela ficar grata à causa benfazeja; mas não para submeter sua faculdade apetitiva a essa direção fraca e enganosa e para se intrometer atabalhoadamente na intenção da natureza; numa palavra, ela teria tomado precauções para que a razão não descambasse em um *uso prático* e não tivesse o atrevimento de excogitar para si mesma, com seus fracos discernimentos, o plano da felicidade e os meios para chegar até ela”.

²³ Cf. *Ideia Universal da História de Um Ponto de Vista Cosmopolita*, 1ª e 2ª proposição.

integral de um ser que possui razão.⁵⁹ Sob este aspecto, cabe perguntar, então, qual a função da razão no homem do ponto de vista ético? A esta indagação Kant responde do seguinte modo:

A razão nos foi proporcionada como razão prática, isto é, como algo que deve ter influência sobre a *vontade*, então a verdadeira destinação da mesma tem de ser a de produzir uma *vontade boa*, não certamente *enquanto meio* em vista de outra coisa, mas sim *em si mesma* – para o que a razão era absolutamente necessária. (GMS Ak 396)

O Conceito de Dever

Estabelecemos acima que a razão foi proporcionada aos seres humanos não como uma ferramenta para o auxílio na busca da felicidade, ao contrário, a razão nos foi dada para atuar como fator determinante da vontade. Kant sustenta que “para desenvolver o conceito de uma vontade altamente estimável” é preciso tomar o conceito de dever que “contém o conceito de vontade”.²⁴ Para entender o significado destas afirmações, um argumento descritivo é aqui inescapável, uma vez que o modo como Kant expõe seu

²⁴ GMS Ak 397.

pensamento nos pareceu extremamente elíptico.²⁵

Em GMS, o conceito de dever contém o conceito de vontade, mas o conceito de vontade não contém o conceito de dever, e isso se deve a uma importante distinção operada por Kant entre seres racionais perfeitos e seres racionais imperfeitos. Os primeiros são os seres cujas ações são *infallivelmente* determinadas pela razão, em outras palavras, seres racionais perfeitos são aqueles que somente escolhem ações que são determinadas pela razão como boas. Já os seres racionais imperfeitos são aqueles cujas ações não são determinadas unicamente pela razão, há outros tipos de determinação de suas ações, tais como impulsos, interesses, inclinações etc.

Mas por que o conceito de dever contém o conceito de vontade? A resposta é que no caso de seres racionais imperfeitos, como nós, uma ação por dever é o caso paradigmático de uma boa vontade, em outras palavras, **a boa vontade é a vontade que age por dever.**²⁶ É preciso ressaltar aqui que esta vontade está sendo considerada sob condições humanas²⁷, pois, conforme o próprio Kant nos advertiu, o conceito de dever contém o

de vontade “muito embora sob certas restrições”. A conjunção adversativa *embora* presente no argumento kantiano já nos indica que há uma vontade sujeita a “certas restrições”, porém há uma vontade que não está. Ao iniciar GMS afirmando que “não há nada em lugar algum, no mundo e até mesmo fora dele”, Kant já acena para a existência de uma vontade perfeitamente boa de seres puramente racionais, portanto, seres cuja vontade não sofreria com as “perturbações”, por assim dizer, dos impulsos sensíveis sobre sua vontade. Esta vontade perfeita é aquilo que Kant tem em vista como aquilo que “no mundo e até mesmo fora dele se possa pensar como irrestritamente bom”.²⁸ O dever é a resposta kantiana à mesma questão, porém, agora, a vontade que está sendo examinada não é a vontade de seres puramente racionais, mas a vontade de seres imperfeitos, daí a necessidade do conceito de dever.²⁹

As “três” proposições sobre o dever

Depois desta preparação, por assim dizer, Kant se esforça a esclarecer o que significa propriamente agir por dever. Segundo o andamento do texto haveria três

²⁵ Cf. GMS Ak 397

²⁶ SEDGWICK, 2008, p.59; TIMMERMANN, 2007, p.25.

²⁷ PATON, 2008, p.46.

²⁸ GMS Ak 393

²⁹ SCHÖNECKER\ WOOD, 2014, p.59.

proposições sobre o dever, uma vez que Kant diz que a terceira proposição é “consequência das duas primeiras”.³⁰ Com relação a segunda e terceira proposições não há problema algum de interpretação, uma vez que são enunciadas claramente por Kant, mas o mesmo não se dá com a primeira. Para além de qualquer pretensão de esgotar a discussão em torno do mencionado problema, pretendo elencar aqui quatro propostas para esta primeira proposição. (I) A boa vontade age a partir do dever, não da inclinação³¹; (II) uma ação que coincide com o dever possui dignidade moral se e somente se sua máxima a produz por necessidade, mesmo sem a, ou contrária à, inclinação³²; (III) uma boa vontade sob condições humanas é uma cuja as máximas possuem conteúdo moral³³; (IV) agir por dever é agir por respeito.³⁴

Tenhamos em vista a seguinte definição de dever: “dever é a obrigação moral considerada em si mesma e, em geral, independentemente de uma regra de ação particular” (LALANDE, 1993,

³⁰ GMS Ak 400

³¹ Proposta de Sedgwick, 2008, p. 70: “A good will acts from duty, not from inclination”.

³² Proposta de Timmermann, 2007, p.26: “An action that coincides with duty has moral worth if and only if its maxim produces it by necessity, even without or contrary to inclination”.

³³ Proposta de Allison, 2001, p.125: “A good will under human conditions is one whose maxims have moral content”.

³⁴ Proposta de Schönecker, 2014, p.61.

p.253). Sob tal aspecto avaliemos agora cada uma das propostas acima elencadas. A primeira toma o dever como aquilo que em última instância deveria determinar a vontade de um agente, abdicando, por exemplo, da determinação de impulsos, desejos e inclinações, sendo muitas vezes até contrária a estes. Sob tal aspecto, a proposta de Sedgwick engendra a de Timmermann, posto que a ação cuja máxima é produzida necessariamente é justo aquela que é efetuada sob a ideia de dever.

No que concerne à proposta de Allison⁷², francamente ela parece não ser plausível, uma vez que o conteúdo moral de uma boa vontade é expresso por Kant como a segunda proposição sobre o dever, de modo que seria um argumento repetitivo. Carece de plausibilidade também a proposta de Schönecker, já que o respeito é o efeito de se agir por dever.

A partir destas considerações, parece-nos que a melhor sugestão quanto à primeira proposição acerca do dever é aquela de Sedgwick, qual seja: “a boa vontade age a partir do dever, não da inclinação”, pois com ela e as outras duas que iremos apresentar o argumento kantiano parece manter sua unidade. Kant apresenta a segunda proposição acerca do dever nos seguintes termos:

Uma ação por dever tem seu valor moral *não no intuito* a ser

alcançado através dela, mas na máxima segundo a qual é decidida, logo não depende da realidade efetiva do objeto, mas meramente do *princípio do querer*, segundo o qual a ação ocorreu... (GMS Ak 399-400)

O que está em causa aqui é que para Kant o valor moral de uma ação não pode ser buscada nas consequências desta ação, nem tampouco no objeto por ela pretendido. Um exemplo que ilustra muito bem (ainda que negativamente) isso é, acreditamos, o capítulo XV d’*O Príncipe*, lá Maquiavel diz:

Assim, pondo de lado as coisas que se ignoram em relação aos príncipes, e falando sobre as que são reais, digo que todos os homens, em particular os príncipes, por se encontrar mais no alto, ganham notabilidade pelas qualidades que lhe proporcionam reprovção ou louvor... E sei que qualquer um reconhecerá ser digno de louvor o fato de um príncipe possuir, entre todas as qualidades mencionadas, as consideradas boas, mas a condição humana é tal que não permite a posse total de todas elas, nem mesmo a sua prática consistente; é mister que seja o príncipe prudente a ponto de evitar os defeitos que lhe poderiam tirar o governo e praticar as qualidades que lhe garantam a posse... (MAQUIAVEL, 1999, p. 100)

Sob tal aspecto, o valor moral de uma ação é obtido quando sua determinação é operada, por assim dizer, não pelas inclinações do agente, tampouco pelos efeitos derivados dela, mas sim

quando o que a determina é o *princípio formal do querer em geral*³⁵, ou como Kant o denominará, a lei moral. É importante desde já que tenhamos em mente que princípios, na medida em que são práticos, fornecem o fundamento não somente de proposições ou juízos, mas em última instância de ações.³⁶ Kant julga que há dois tipos de princípios práticos, a saber, princípios subjetivos e objetivos. Os primeiros têm validade em relação aos sujeitos individuais como agentes na medida em que são o fundamento das ações segundo os interesses particulares do agente; os segundos, por sua vez, são princípios cuja validade não depende dos interesses particulares do agente, mas que são válidos para todo agente racional enquanto tal. O termo técnico empregado por Kant para designar os princípios subjetivos é **máxima**³⁷.

Destas considerações surge a terceira proposição sobre o dever, que, segundo Kant, seria uma “consequência das duas anteriores”, qual seja, “o dever é a

³⁵ GMS Ak 400 consta: “Ele [isto é, o valor moral] não pode estar em outro lugar *senão no princípio da vontade*, abstração feita dos fins que possam ser efetuados por tal ação; pois a vontade está bem no meio entre seu princípio a priori, que é formal, e sua mola propulsora a posteriori, que é material, e visto que a vontade tem, no entanto, de ser determinada por alguma coisa, então ela terá de ser determinada pelo princípio formal do querer em geral, quando uma ação ocorre por dever”.

³⁶ Ver. Log. Ak 110 §32; §34

³⁷ Acerca desta argumentação ver PATON, 2008, pp-59-60

necessidade de uma ação por respeito à lei”⁷⁶. O respeito é assim definido por Kant:

O que reconheço imediatamente como lei para mim, reconheço-o com respeito, o qual significa meramente a consciência da *subordinação* de minha vontade a uma lei sem mediação de outras influências sobre o meu sentido. A determinação imediata da vontade pela lei e a consciência da mesma chama-se *respeito*, de tal sorte que este é considerado como *efeito* da lei sobre o sujeito e não como *causa* da mesma. (GMS Ak 401)

Daqui podemos depreender duas coisas fundamentais para a compreensão desta terceira proposição acerca do dever, quais sejam, (I) o respeito é um sentimento, pois a razão precisa ter força motivacional e esta força somente pode ser obtida quando a razão determina a vontade; (II) o respeito é um sentimento autoproduzido, pois, uma vez que “nós mesmos” causamos este sentimento em nós; uma vez que o respeito nada mais é que o “efeito da lei sobre o sujeito”, devemos lembrar que a lei moral nada mais é do que o princípio formal do querer e este princípio encontra-se na autonomia da vontade.

O Imperativo Categórico

A partir de todas as considerações que fizemos até aqui o argumento kantiano pode ser esquematizado da seguinte maneira: (I) uma vez que para alcançar um fim qualquer, é preciso seguir certos comandos que se baseiam no uso de determinadas leis ou princípios; (II) no caso dos princípios práticos, estes podem ser subjetivos ou objetivos; (III) não podemos tomar como princípio de determinação da vontade princípios subjetivos, pois eles não causam em nós respeito; (IV) é preciso que um princípio objetivo – ou em outras palavras, uma lei – determine a vontade; (V) este princípio é o princípio formal do querer.³⁸ Sobre isso sustenta Kant:

Pois como a razão pura aplicada ao arbítrio sem ter em conta este seu objeto, e como faculdade dos princípios (e aqui dos princípios práticos, portanto como faculdade legisladora), ela só pode, *já que a matéria da lei lhe escapa*, transformar a forma da aptidão do arbítrio em lei universal, ou mesmo em lei suprema e *fundamento de determinação do arbítrio* (GMS Ak 214. Grifos meu).

Com vistas a entender o que significa propriamente a determinação do arbítrio é mister aqui recorrer uma vez mais à primeira *Crítica*, uma vez que lá Kant realiza uma importante distinção entre o *arbitrium brutum* e o *arbitrium*

³⁸ Cf. TIMMERMANN, 2007, pp.43-44.

liberum. O primeiro, cuja determinação é patológica, é determinado por causas motrizes da sensibilidade. O segundo, por sua vez, pode ser considerado *livre*, uma vez que ele não está submetido à determinação sensível, ao contrário, ele é capaz de determinar a si mesmo.³⁹ Sob este aspecto, podemos esquematizar a tese kantiana na passagem acima citada da seguinte maneira: (I) o *arbitrum brutum* equivale aqui à expressão: “tudo na natureza atua segundo leis”, ou seja, tudo na natureza está submetido à prescrição da Segunda Analogia e não há espaço algum para liberdade; (II) seres dotados de *arbitrum liberum* são seres racionais; (III) o homem, enquanto partícipe do grupo dos seres racionais, possui um *arbitrum liberum*; (IV) porém, o homem enquanto um ser racional imperfeito é um ser possuidor de sensibilidade, possuidor de um *arbitrum sensitivum*; por fim, (V) enquanto possuidor de um *arbitrum liberum* o homem é capaz de se *autodeterminar*, independente dos impulsos sensíveis.

À luz de tais considerações, Kant então introduz a distinção entre os imperativos, ele argumenta que “todos os imperativos mandam ou *hipoteticamente* ou *categoricamente*”⁴⁰ Tal distinção pode

levar a uma associação errônea entre os tipos de imperativos aqui descritos e a distinção entre *juízos* hipotéticos e categóricos realizada na primeira *Crítica*. Porém, na primeira *Crítica*, a diferença entre os juízos se encontra em sua forma; por outro lado, a distinção entre os imperativos não diz respeito à sua forma, mas sim ao *modo* como ele comanda a vontade do agente. Um imperativo hipotético comanda segundo os fins pretendidos pelo agente, por exemplo: *se* pretendo ser feliz, então *devo* fazer tal e tal coisa, porém, se não pretendo tal fim, este imperativo não comanda minha vontade. Um Imperativo Categórico, por sua vez, significa comandar independentemente dos fins pretendidos pelo agente. Corolário desta distinção, pode-se dizer que há uma outra, ética, que é intrínseca a essa diferenciação dos juízos, a dizer, uma distinção do sentido do que é bom, pois, por exemplo, se a “ação é boa para outra coisa, enquanto meio, o imperativo é hipotético; se ela é representada como boa em si, o imperativo é categórico” (GMS, Ak 414).

Conforme esclarecermos acima, devido à concepção defendida por Kant sobre os seres racionais, eles, ao contrário dos outros seres naturais, podem agir segundo a representação de leis (estas, por sua vez, entendidas como princípios

³⁹ Cf. KrV B561-62

⁴⁰ GMS Ak 414

práticos objetivos). Também tivemos a oportunidade de apontar que no caso de seres racionais imperfeitos, como o homem, a vontade não é determinada imediatamente pela razão, em outras palavras, a ação que é objetivamente necessária é subjetivamente contingente. Isso nos conduz à necessidade de um *constrangimento* da vontade do agente por meio da imposição da lei moral, que para seres como nós se traduz em um *imperativo*. No que concerne aos imperativos hipotéticos, não há dificuldade alguma em explicar sua possibilidade, uma vez que o modo como ele constrange a vontade do agente pode ser baseada nos fins pretendidos pelo agente. A dificuldade com relação ao Imperativo Categórico (se é que tal imperativo existe), é que não há um fim determinado cuja necessitação pudesse ser expressa. A partir destas considerações, Kant nos oferece uma definição do Imperativo Categórico, segundo ele:

Se me represento em pensamento um imperativo hipotético em geral, não sei de antemão o que ele há de conter até que a condição me seja dada. Mas, se me represento em pensamento um imperativo categórico, então sei de pronto o que ele contém.

Portanto, o imperativo categórico é um único apenas e, na verdade, este: age apenas segundo a máxima pela qual possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal (GMS Ak 420).

A derivação do Imperativo Categórico é obtida nas duas primeiras seções da GMS *analiticamente*. Na primeira seção, a derivação do Imperativo Categórico foi obtida através da análise do conceito de boa vontade, e conforme o que explicamos acima, o argumento era estruturado segundo a hipótese de que as ações de uma boa vontade deveriam não somente ser conforme a lei universal, mas por ela determinada. Na seção II, por seu turno, o Imperativo Categórico é obtido por meio da análise do conceito de tal Imperativo, de modo que podemos esquematizar o argumento nos seguintes passos: (I) agentes racionais agem segundo a representação de leis; (II) para agentes racionais imperfeitos, a representação da lei assume a forma de um imperativo; (III) estes imperativos podem ser de dois tipos, ou hipotéticos ou categóricos, e isso segundo o modo de comando sobre a vontade do agente; (IV) se o Imperativo Categórico não leva em consideração os fins pretendidos pelo agente, resta somente a *conformidade* à lei universal considerada como norma incondicional, portanto, (V) um Imperativo Categórico requer que o agente adote apenas máximas que possa querer como leis universais.⁴¹

A fórmula da lei universal apresentada acima é, talvez, a mais

⁴¹ Cf. ALLISON, 2011, p.175.

conhecida fórmula do Imperativo Categórico, porém no interior da GMS há três outras fórmulas deste princípio, e é sobre estas tais fórmulas que nos ocuparemos a partir de agora. A primeira destas fórmulas é a da “lei universal enquanto uma lei da natureza”, acerca dela sustenta Kant:

Visto que a universalidade da lei segundo a qual os efeitos acontecem constitui aquilo que se chama propriamente natureza no sentido mais geral... então o imperativo universal do dever poderia ter o seguinte teor: age como se a máxima de tua ação devesse se tornar por tua vontade uma lei universal da natureza. (GMS Ak 421)

Kant introduz esta analogia com um propósito: ele quer chamar atenção para o fato de que as únicas máximas que estamos autorizados a aceitar como válidas são aquelas que podem ser universalizáveis. Universalizar uma máxima é, portanto, conferir a ela um *status* de lei da natureza.⁴²

Para compreender o significado da fórmula da humanidade é preciso ter em mente uma distinção entre seres racionais e seres não-racionais. É nesse sentido que Kant argumenta:

Os seres cuja existência não se baseia, é verdade, em nossa vontade, mas na natureza, têm, no entanto, se eles são seres

desprovidos de razão, apenas um valor relativo, enquanto meios, e por isso chamam-se *coisas*; ao contrário, os seres racionais denominam-se *pessoas*, porque sua natureza já os assinala como fins em si mesmos... (GMS Ak 428)

Corolário desta distinção segue-se a afirmação:

Portanto, se houver um imperativo categórico, ele tem de ser tal que faça da representação daquilo que é necessariamente um fim para todos... *O fundamento desse princípio é: a natureza racional existe como fim em si mesmo* (Grifos nosso). (GMS AK 428-29)

O que está por trás do tratamento que Kant dá à humanidade (entendida aqui como uma qualidade do homem) é a existência de três características fundamentais ao homem, quais sejam, (I) ter a capacidade para julgar racionalmente; (II) pensar a si como tendo valor e (III) ser algo que de fato tem valor⁴³. Isto se comprova a partir daquilo que o próprio Kant declara em sua *Antropologia de Um Ponto de Vista Pragmático*, a saber:

O ser humano ter o eu em sua representação, eleva-o acima de todos os demais seres que vivem na terra. É por isso que ele é uma *pessoa*... um ser totalmente distinto das *coisas*, tais como os animais irracionais, aos quais se pode

⁴² SEDGWICK, 2008, p.111.

⁴³ Ver WOOD, 1999, p.125.

mandar à vontade... (Anth. Ak 127).

A partir destas considerações, possuímos elementos suficientes para compreender o significado da fórmula da humanidade. Kant a enuncia nos seguintes termos:

Age de tal maneira que tomes a humanidade, tanto em tua pessoa, quanto na pessoa de qualquer outro, sempre ao mesmo tempo como fim, nunca meramente como meio. (GMS Ak 429)

A terceira fórmula que Kant apresenta é a fórmula da autonomia, ou nos termos de Kant, a “ideia da vontade de todo ser racional enquanto universalmente legislante”⁴⁴. O que está em questão nesta altura do argumento kantiano é o fato de que nós, enquanto, em parte, naturezas racionais, somos os autores das leis morais, tal constatação é o que permite compreender por que todos nós damos a nós próprios a lei e por que a aceitamos enquanto tal.⁴⁵ O *insight* kantiano aqui é o de que, sendo a lei que governa nossas ações, ela é oriunda de nossa própria vontade, somos obrigados a reconhecer sua validade, evitando assim a questão: “Por que eu deveria obedecer?” Em suma, “a moralidade, portanto, é a relação das ações com a autonomia da vontade”. E apenas sob esse aspecto, pode-se dizer que a

moralidade é a relação das ações com a lei prescrita pela vontade.

A partir destas considerações, coloca-se agora um problema ainda maior, a saber, como é possível um Imperativo Categórico? Pois se a moralidade não é uma “fabulação urdida por nosso cérebro” será necessária uma “Dedução do princípio supremo da moralidade”, o que contrariamente as duas primeiras seções da GMS que procederam analiticamente na exposição do princípio a priori da razão prática, a terceira seção da GMS, por sua vez, “exige um uso sintético possível da razão prática”, o que lança luz à argumentação formalista de Kant sobre o fundamento da ação moral.

Para cumprir tal desiderato, a GMS III terá de oferecer uma prova da liberdade sem pressupor o princípio moral. Entender o modo como Kant faz isso, bem como o suposto abandono da tese de que tal posição seria possível, entre outras coisas ficam reservadas para trabalhos futuros.

Referências Bibliográficas

ALLISON, H. E. *Kant's theory of freedom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Kant's Groundwork for the Metaphysics of Morals*.

⁴⁴ GMS Ak 432

⁴⁵ SEDGWICK, 2008, p.145.

A Commentary. Oxford: University Press, 2001.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Fernando Costa Mattos. São Paulo: Editora Vozes, 2013.

_____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução, notas e introdução por Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial: Bacarolla, 2009. Ed. Bilíngue.

_____. *Manual dos Cursos de Lógica Geral*. Edição Bilíngue. Trad. Fausto Castilho. Edições CEMODECON: Campinas, IFCH, UNICAMP, 2014.

PATON, H. J. *The categorical imperative: a study in Kant's moral philosophy*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

SCHÖNECKER, Dieter.\ WOOD, Allen W. *A Fundamentação da Metafísica de Kant: Um Comentário Introdutório*. Trad. Robinson dos Santos e Gerson Neumann. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SEDGWICK, S. *Kant's Groundwork of the Metaphysics of Morals. An Introduction*. Cambridge, 2008.

TIMMERMANN, J. *Kant's Groundwork of the Metaphysics of Morals. A Commentary*. Cambridge, 2007

WOOD, Allen W. *Kant's ethical thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.